

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

FERNANDA LOPES SILVA

TRANSIÇÃO POLÍTICA NO EGITO: ESTUDO DE CASO

Porto Alegre

2014

FERNANDA LOPES SILVA

TRANSIÇÃO POLÍTICA NO EGITO: ESTUDO DE CASO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr Carlos Schmidt Arturi

Porto Alegre

2014

FERNANDA LOPES SILVA

TRANSIÇÃO POLÍTICA NO EGITO: ESTUDO DE CASO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2014.

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi (Orientador)
UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
UFRGS

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu pai, Luiz Carlos, que me ensinou a ter coragem.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, pelas tantas formas de apoio que possibilitaram meu ingresso e permanência na Universidade, viabilizando minha dedicação praticamente exclusiva aos estudos durante boa parte da graduação em um contexto de tranquilidade.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na figura de seus docentes, servidores e demais profissionais, os quais proporcionaram a mim e a muitos outros uma experiência acadêmica rica e privilegiada, consequência de um ensino de qualidade e de uma convivência cotidiana marcada pela presença pessoas que contribuíram com meu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Agradeço especificamente aos Docentes da Faculdade de Economia e Relações Internacionais, por sua dedicação e empenho no exercício da profissão. Entre as experiências que merecem destaque aqui, por sua influência em minha trajetória acadêmica e formação, além de determinarem, de várias formas, a escolha pela elaboração deste trabalho, cabe destacar a passagem pelo NERINT, guiada pelo Prof. Dr. Paulo Visentini; a pesquisa empreendida junto ao Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, na disciplina de Análise de Conjuntura Internacional; e, finalmente, ao meu Professor Orientador, Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi, com quem divido o interesse pelas teorias de Ciência Política aqui abordadas.

Dedico também um agradecimento especial aos meus colegas de curso, particularmente aqueles da turma que ingressou comigo na graduação em 2009, com cuja amizade e apoio pude contar ao longo dos anos. Posso afirmar com convicção que dividi a sala de aula com pessoas que têm contribuições verdadeiras a dar a sociedade, e as quais tenho orgulho de chamar de colegas de profissão. Na impossibilidade de citar a todos individualmente, faço menção a alguns que têm um espaço especial guardado nas lembranças da graduação: Alexandre Saleh, Matheus Gebhardt e Gustavo Möller, pelo convívio, paciência e amizade sincera; e Bruna Boscaini, Joana Oliveira, Laura Quaglia e Mariana Steffen, mulheres (um adjetivo) fontes de minha admiração e respeito.

Sou especialmente grata a todos esses por contribuírem para meu amadurecimento ao longo dos últimos quase seis anos, por me desafiarem e motivarem minha reflexão apresentando o outro lado, por servirem de exemplo e por me tornarem mais humana, mais tolerante e mais humilde, com capacidade para exercer minha profissão de forma ética e qualificada, buscando retribuir a sociedade pelo investimento em minha formação.

Laughter is a force for democracy.

John Cleese

RESUMO

Este trabalho analisa o caso da Revolução de 2011 no Egito à luz da Teoria de Transição Democrática, definindo a partir desse substrato teórico três aspectos que criaram as condições para o colapso do governo do Presidente Hosni Mubarak (1981-2011): a crise sucessória, o estrangulamento da barganha autoritária, e o efeito das manifestações da chamada “Primavera Árabe”. A crise sucessória é apresentada como o principal elemento desagregador da elite do governista, o Partido Nacional Democrático. A escassez dos meios de pagamento do regime, por sua vez, aparece como o fator econômico responsável por alimentar o processo revolucionário. Por fim, tomando emprestada a ideia de Huntington (2012), argumentamos que o efeito bola de neve da onda de protestos iniciada em 2010 a partir da Tunísia constituiu-se no catalisador da derrubada do Presidente Mubarak.

Palavras-chave: Democracia, Mudança de regime, Egito, Mundo Árabe.

ABSTRACT

This paper analyzes the case of the Egyptian Revolution of 2011 in the light of the Theory of Democratic Transition, defining three aspects that created the conditions for the collapse of President Hosni Mubarak's government (1981-2011): the succession crisis, the strangling of the authoritarian bargain, and the demonstration effect from the revolts of the so-called "Arab Spring". The succession crisis is presented as the main element responsible for the dismantlement of the elite of the ruling party, the National Democratic Party. The scarcity of the payment methods of the regime appears as the economic factor responsible for fueling the revolutionary process. Finally, borrowing directly from Huntington (2012), we argue that the snowballing effect from the revolts starting in Tunisia (2010) is the catalyst for the overthrow of President Mubarak.

Keywords: Democracy, Regime Change, Egypt, Arab World.

Lista de Abreviaturas e Siglas

FJP – *Freedom and Justice Party* (Partido da Justiça e Liberdade)

ILO – *International Labor Organization* (Organização Internacional do Trabalho)

IM – Irmandade Muçulmana

NDP – *National Democratic Party* (Partido Nacional Democrático)

OTAN/NATO – Organização Tratado do Atlântico Norte/*North Atlantic Treaty Organization*

SCAF – *Supreme Council of the Armed Forces* (Supremo Conselho das Forças Armadas)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - A TEORIA DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	15
a. Definições Fundamentais	15
b. Desenvolvimento Econômico e Democratização	18
c. Liberalização, Democratização e Legitimidade	20
d. Transições Políticas	23
e. Democracia no Mundo Árabe	24
f. Conclusões do Capítulo	27
CAPÍTULO II - TRANSIÇÃO POLÍTICA NO EGITO	29
a. O Governo de Hosni Mubarak (1981-2011)	29
b. A Tentativa de Sucessão Hereditária	33
c. O Esgotamento da Barganha Populista	37
d. A Influência da Primavera Árabe	39
e. Conclusões do Capítulo	41
CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXO A – LINHA DO TEMPO	51

INTRODUÇÃO

A democracia, em suas diversas manifestações, é um regime de governo amplamente disseminado entre as nações do mundo contemporâneo. Sua vertente liberal, derivada da concepção lockeana de Estado, está intimamente associada à política das sociedades ocidentais. Em contraste, as nações do Oriente Médio e Norte da África, à exceção do Líbano e, desde 2011, da Tunísia, jamais tiveram, em toda a sua história, a experiência duradoura de um governo democrático.

O conceito de democracia e de regime autoritário, a gênese dos regimes democráticos e os fatores que possibilitam sua sustentação e fortalecimento ao longo do tempo são questões que ocupam a literatura de Ciência Política desde muito antes de John Locke e Alexis De Tocqueville. A disseminação mais ampla de regimes democráticos (em Estados-nação) iniciou no século XIX, a partir dos Estados Unidos. Mais recentemente, na virada do século XX, houve uma sucessão de dismantelamentos de regimes autoritários, a qual tornou predominante, no mundo todo, a ocorrência de regimes democráticos¹.

Esses ciclos de expansão e contração do autoritarismo geraram interesse intelectual no estudo da democracia e no compromisso das elites políticas com ela, e esse tema tornou-se objeto de análise de inúmeros autores. Samuel Huntington, um dos principais estudiosos acerca desse tema, indagou a respeito da perspectiva de permanência de regimes autoritários em um mundo de crescente interdependência entre as nações, indagando: “Até quando um mundo progressivamente interdependente poderá sobreviver sendo parcialmente democrático e parcialmente autoritário e totalitário?” (HUNTINGTON, 2012, p. 29; tradução nossa)²

A disseminação da democracia no mundo contemporâneo é tema de interesse central ao estudo das Relações Internacionais enquanto ramo independente, ou enquanto ramo subsidiário da Ciência Política, visto que aquela se ocupa das causas que motivam os conflitos interestatais, e as formas como se dão esses conflitos. Como afirmou Huntington em sua seminal obra, *A Terceira Onda*, os analistas de Política Internacional hão de preocupar-se com o futuro e a consolidação da democracia no mundo, pois suas implicações para o estabelecimento dos padrões de harmonia e conflito são fortemente pautados por sua expansão, conforme a Teoria da Paz Democrática. A expansão de uma zona de paz no planeta

¹ Em 2013, de acordo com a *Freedom House*, existem 117 democracias eleitorais no mundo, número inalterado desde 2011.

² “How long can an increasingly interdependent world survive part-democratic and part-authoritarian?”

significaria, em princípio, uma redução na ocorrência de conflitos interestatais, ou – mais realisticamente – uma remodelação na forma como se engendram os conflitos entre Estados, já que até então, desde o século XIX duas democracias jamais estiveram em conflito.

Além disso, a questão da gênese e das perspectivas de consolidação da democracia no Mundo Árabe, desde algum tempo é objeto de intenso debate entre acadêmicos e fazedores de políticas públicas. Mais recentemente, as razões que motivam a ausência de governos democráticos no mundo árabe voltaram ao centro do debate acadêmico em razão dos desdobramentos recentes ocorridos desde a “*Revolução de Jasmim*”, revolta iniciada na Tunísia em janeiro de 2011, que gerou ecos em praticamente todas as nações do mundo árabe. Nesse sentido, apesar de não ter inaugurado os protestos, é relevante destacar para as Relações Internacionais a centralidade do Egito enquanto uma espécie de centro exportador de tendências para o Mundo Árabe. O país mais populoso e mais industrializado entre os Árabes antecipou-se, historicamente, a muitos eventos que posteriormente se espalharam pelo Oriente Médio e Norte da África.

Diante desse cenário, nos questionamos acerca dos fatores que motivaram o desmantelamento do governo militar de Hosni Mubarak no Egito, instalado em 1981 em função da morte de seu antecessor, o Presidente Anwar Sadat. Este trabalho busca investigar acerca dos condicionantes do processo de desmantelamento do governo Mubarak, em um estudo de caso. Em fevereiro de 2011, o país enfrentou manifestações sucessivas de uma população, entre outras reivindicações, pedia pelo fim do regime militar e a convocação de eleições para o Executivo. A deposição do Presidente em exercício, após dezoito dias de protestos, terminou com o jejum de décadas de governantes civis, trazendo ao cargo de Presidente – tempo depois – um candidato ligado ao *Freedom and Justice Party*, (FJP)³, braço político egípcio organizado da Irmandade Muçulmana.

Reconhecendo que todo fenômeno social é motivado por uma conjunção de fatores tangíveis e intangíveis⁴, para explicar a variável da abreviação do mandato do Presidente Mubarak, elencamos apenas três fatores principais. Esses fatores são: a crise de sucessão desencadeada pela proposta de transmissão hereditária do poder de Hosni Mubarak para seu filho, Gamal Mubarak, e seu efeito sobre as relações da família com o partido governista, o *National Democratic Party* (NDP); o esgotamento dos meios de pagamento que sustentavam

³ Optou-se, neste trabalho, pela preferência do uso dos nomes e siglas dos partidos em inglês, exceto quando especificado.

⁴ Ver Huntington (2008, p. 38) para uma lista abrangente de todos os fatores que podem ser considerados como correlacionados à emergência de um processo de democratização.

a barganha autoritária; e, por último, o efeito “bola de neve”, desencadeado pelas revoltas que ficaram coletivamente conhecidas como “Primavera Árabe”.

A ordem de apresentação dos fatores condicionantes da queda do regime Mubarak não é incidental. Está diretamente relacionada com a sua importância na sustentação do regime. A primeira variável – e a mais importante, portanto – está ligada às ações e à coesão da elite do poder. Uma vez que a variável política sozinha não basta para explicar o resultado final, buscamos no desempenho econômico do regime as motivações para o descontentamento social amplamente testemunhado na Praça Tahrir, tendo em vista o esgotamento dos meios de pagamento do regime, que resulta na disseminação dos protestos entre os membros da sociedade egípcia e no aprofundamento da alienação da elite das Forças Armadas e do partido governista. Finalmente, os eventos da chamada “Primavera Árabe”, constituem-se em um catalisador dos elementos existentes no pano de fundo político e econômico – e os protestos aparecem como a fagulha que incendiou os ânimos de milhões de egípcios, e levou o Supremo Conselho das Forças Armadas a afastar Mubarak do governo para garantir a restauração de um nível mínimo de ordem civil.

Dessa forma, o trabalho busca servir como uma base para explicar o fato político da destituição do presidente Hosni Mubarak no Egito, além de estabelecer elos plausíveis entre o mundo teórico e o empírico, tomando os referenciais da transeologia como balizas para identificar os fatores mais relevantes do processo de transição política – que, cabe ressaltar, segue em curso. Esta análise parte de um estudo das principais obras da teoria de transição democrática, e da literatura produzida acerca do regime Mubarak no Egito, além do acompanhamento dos eventos que precederam e sucederam imediatamente a deposição do Presidente.

A realização deste trabalho foi motivada pela intensa produção acadêmica ligada aos movimentos de tentativa derrubada sucessiva dos regimes do norte da África e Oriente Médio, que carece de compilação, e pelo contato anterior com o tema durante a graduação. Há também uma intenção pedagógica por trás da aproximação de um tema de conjuntura com a produção teórica no campo dos estudos de democracia, cujas limitações são de minha inteira responsabilidade. Cabe citar, nessa sequência, algumas dessas limitações: a profusão da literatura sobre democracia, que impede, no horizonte de tempo viável para a concepção de um trabalho de conclusão de curso, um estudo que seja ao mesmo tempo minimamente aprofundado e suficientemente amplo, mesmo que se considere a parcimônia exigida pelo exercício de pesquisa científica; a complexidade do tema, reconhecida inclusive pelos autores que pesquisam o fenômeno da transição de regimes autoritários; a pouca distância temporal

adquirida em relação aos acontecimentos mais recentes abordados, bem como a sua própria dinâmica, e; as limitações de acesso remoto a fontes de pesquisa internacionais, visto que é comparativamente baixa a produção acadêmica acerca dos temas ligados ao Mundo Árabe em relação ao volume de produção em, por exemplo, língua inglesa.

Por último, cabe enunciar o a ordem adotada na segmentação deste trabalho. Foi definida uma divisão de três capítulos: no primeiro, apresentamos a moldura teórica, elencando os principais conceitos – entre eles, democracia, transição política, regime autoritário, regime híbrido – e dando uma visão panorâmica dos debates que predominaram na literatura de Ciência Política e Democracia no século XX. A seguir, partimos para a definição do contexto histórico do governo Mubarak, as intersecções da questão sucessória, da crise econômica, e do fim da chamada “barganha populista”, estabelecida desde o início do regime militar no Egito, e do papel da Primavera Árabe. No capítulo final, faremos uma síntese dos pontos abordados, ressaltando a importância do arcabouço teórico utilizado ao longo do trabalho e sugerindo possíveis temas de pesquisa a serem abordados.

CAPÍTULO I - A TEORIA DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Este Capítulo busca apresentar de forma sintética os aspectos principais da literatura de Transição Política, marco teórico principal deste trabalho, bem como alguns dos debates internos a teoria no que se deve à democratização em países árabes. A elaboração foi feita através de uma revisão da literatura pertinente, a partir da qual foram elencados pontos de maior relevância entre as diferentes abordagens e identificadas as terminologias e os conceitos principais, visando a proporcionar um breve panorama geral a respeito do tema.

a. Definições Fundamentais

A doutrina clássica de democracia e o conceito de democracia liberal, surgidos no século XVIII na Europa, têm embutidos em si uma série de requisitos substantivos necessários à concretização dessa forma de governo. Entre eles, um sistema de divisão de poderes; balanças e contrapesos entre esses poderes; proteção dos direitos do indivíduo e das minorias; direitos e liberdades civis; leis codificadas; entre outras garantias. Conquanto a realidade de cada regime democrático comporte algumas variações na concretização desses requisitos, a democracia é amplamente vista hoje como a forma mais legítima de governo. Instituições internacionais promovem oficialmente a visão de que os governos devem almejar o fortalecimento das práticas democráticas.

Em contraponto à visão clássica, duas definições para democracia tornaram-se recorrentes na literatura de Ciência Política, a “poliarquia” de Robert Dahl, e a definição procedimental minimalista de Joseph Schumpeter. Dahl (1971, p. 8) define democracias como regimes que “passaram por um processo substancial de popularização e liberalização, que é altamente incluyente e extensivamente aberto à contestação pública”. Schumpeter (2003, p. 271), considera democrático o regime em que há “competição livre pelo voto livre”⁵. Huntington (2008, p. 6) coloca sinteticamente que, nos demais regimes de governo, os líderes são escolhidos pela via do “nascimento, propriedade, riqueza, violência, cooptação, tutela, indicação ou exame”⁶ –, e na democracia o que define a essência do regime é o *procedimento*.

⁵ ... “free competition for a free vote”. (SCHUMPETER, 2003, p. 71; tradução nossa)

⁶ ...”birth, lot, wealth, violence, cooptation, learning, appointment, or examination” (HUNTINGTON, 2008, p. 6)

Ainda que omitam valores tradicionalmente associados aos regimes democráticos, as definições procedimentais viabilizam a realização de análises comparadas no plano empírico, as quais prescindem de definições substantivas, exigindo critérios mínimos para facilitar a identificação de semelhanças e diferenças e mantendo a amostra analisada em uma dimensão razoável. Nesse sentido, também é relevante a definição de Mainwaring (1992), a qual utiliza três critérios procedimentais que necessariamente devem ser cumpridos em um regime definido como democrático:

- i. Eleições competitivas devem ser o meio de formação do governo; deve haver eleições competitivas para o Legislativo e, nos regimes presidenciais, para Presidente. A fraude e a coerção não devem ser determinantes. Deve existir a possibilidade de alternância de poder, ainda que ela não precise ocorrer.
- ii. Deve haver ampla cidadania entre adultos. Hoje em dia, isso se traduz em cidadania praticamente universal. Quase todos os ordenamentos jurídicos contemplam exceções: incapazes, criminosos, militares, analfabetos, insanos. Se os analfabetos são muito numerosos, a universalidade fica prejudicada. Deve haver justificativa e limites claros na definição daqueles que atendem aos requisitos de exclusão.
- iii. Democracias devem proteger os direitos das minorias e devem garantir o respeito às liberdades civis básicas: liberdade de imprensa, de expressão, direito ao *habeas corpus*.

Não obstante cumpridas as definições procedimentais, existem aspectos que dificultam, na prática, precisar a classificação dos regimes de modo a homogeneizá-los. Uma vez superada a discussão acerca da necessidade de evocarmos ou não padrões normativos para definir um regime democrático, o próximo passo para a análise tornou-se o “grau” ou a “qualidade” dos regimes democráticos. Dado que a pressão doméstica e internacional pela democratização na era pós-Terceira Onda⁷ é um fenômeno crescente, muitos governos autoritários se encontram na posição de serem forçados a institucionalizar, ao menos formalmente, alguns aspectos dos regimes democráticos, tornando-se “pseudodemocracias” (DIAMOND 2002, p. 25). No caso dos países árabes, como o Egito, governados por monarquias dinásticas ou repúblicas autocráticas, lança-se mão de uma série de *benchmarks* entre democracia e autoritarismo. Esses regimes, genericamente chamados de “híbridos”,

7

Uma onda de democratização é, conforme Huntington (ANO), um grupo de transições de autoritarismo para a democracia, ocorridas em um período específico e que superam em número a ocorrência de transições no sentido contrário. A Terceira Onda ocorreu a partir de 1974, e encerra-se nos anos 1990.

possuem ressalvas significativas quanto à ocorrência de eleições livres e competitivas, além de outros constrangimentos ao exercício da cidadania plena.

O estudo da transição para a democracia a partir do autoritarismo tem como obras seminais os escritos de Dankwart Rustow. Em sua investigação acerca de uma “teoria genética” da democracia, Rustow sugere um modelo para a transição, a qual é geralmente motivada por disputas entre uma elite ascendente e grupos sociais relativamente desorganizados (RUSTOW, 1970, p. 352). O período de transição inicia pela manifestação expressa dos líderes autoritários de expandir a esfera de direitos individuais e coletivos, de maneira crível. Note-se que nem todo e qualquer alívio na repressão se constitui necessariamente na inauguração de uma transição política. Estados nacionais consolidados, partindo de diferentes condições, podem transitar em rotas distintas rumo à democracia.

Como ocorre em outros fenômenos sociopolíticos, a definição de marcos temporais gera balizas passíveis de contestação, já que a transição não se trata de um “advento”, e sim de um processo, que pode ser bastante lento e marcado por reveses. Para os propósitos deste trabalho, será considerada como definição de “transição” aquela enunciada por O’Donnell e Schmitter:

What we refer to as the ‘transition’ is the interval between one political regime and another. [...] Transitions are limited, on the one side, by the launching of the process of dissolution of an authoritarian regime and, on the other, by the installation of some form of democracy, the return to some form of authoritarian rule, or the emergency of a revolutionary alternative.

[...]

The typical sign that the transition has begun comes when [the] authoritarian incumbents, for whatever reason, begin to modify their own rules in the direction of providing more secure guarantees for the rights of individuals and groups.”⁸ (O’DONNELL & SCHMITTER, 1989, p. 6)

Por definição, nem sempre os processos de transição resultam em um regime democrático. Trata-se de um momento político de alta volatilidade e efervescência, que pode inclusive conduzir à desordem sistêmica.

Finalmente, é relevante ressaltar que a democratização é um fenômeno endógeno, ou seja, possui relação direta com as decisões dos atores domésticos de um regime. A influência

8

“O que chamamos de ‘transição’ é o intervalo entre um regime político e o outro. [...] Transições são delimitadas, por um lado, pela largada do processo de dismantelamento de um regime autoritário e, por outro lado, pela instauração de alguma forma de democracia, pelo retorno a alguma forma de regime autoritário, ou pela emergência de uma alternativa revolucionária. [...]

“O sinal típico de que a transição iniciou surge quando [os] governantes autoritários em exercício, por quaisquer razões, começam a modificar suas próprias regras no sentido de oferecer garantias mais seguras aos direitos individuais e coletivos.” [tradução nossa]

internacional nos processos de transição não é negligenciável, mas deve ser apenas um dos fatores, e não o principal fator, que motiva e coordena a democratização de um regime autoritário (RUSTOW, 1971). Dito isso, derrotas em conflitos entre Estados, crises econômicas mundiais, pressão de potências internacionais, entre outros eventos, não raro aceleram a decadência ou a liberalização de regimes autoritários⁹.

b. Desenvolvimento Econômico e Democratização

A relação entre democratização e desenvolvimento econômico é o principal tópico em termos de volume de produção científica em Política Comparada (LIMONGI; PRZEWORSKI, 1997, p. 156). Nas décadas de 1950 e 1960, era predominante no meio acadêmico a visão de que os requisitos socioeconômicos, estruturais, ou culturais eram determinantes na gênese da democracia. Seymour Martin Lipset inaugura o campo temático da Teoria da Modernização, relacionando desenvolvimento econômico, legitimidade, e surgimento e consolidação da democracia, e separa o Líbano e a Turquia como os países mais modernos do Oriente Médio (LIPSET, 1959, p. 81). A acepção de “moderno”, nesse contexto, se relaciona diretamente com indicadores de desenvolvimento econômico e cultural, bem como a existência de uma classe média atuante:

Modernization consists of a gradual differentiation and specialization of social structures that culminates in a separation of political structures from other structures and makes democracy possible. The specific causal chains consist of sequences of industrialization, urbanization, education, communication, mobilization, and political incorporation, among innumerable others: a progressive accumulation of social changes that ready a society to proceed to its culmination, democratization. (LIMONGI; PRZEWORSKI 1997, p. 158)¹⁰

Observando as crises e surgimentos de democracias ao redor do mundo desde 1950, Limongi e Przeworski (1997) demonstram que, uma vez estabelecida a democracia, verifica-se uma correlação entre seu desempenho econômico e sua estabilidade. Os autores afirmam

⁹ Foi esse o caso da Grécia, em 1974, com a derrota contra o Chipre, da Argentina, após a derrota na Guerra das Malvinas em 1982 e, com o mesmo resultado mas de forma distinta aos dois primeiros, da Líbia, em 2011.

¹⁰ “A modernização consiste de uma diferenciação gradual e especialização de estruturas sociais que culmina numa separação das estruturas políticas a partir de outras estruturas e possibilita a democracia. As cadeias causais específicas consistem de sequências de industrialização, urbanização, educação, comunicações, mobilização, e incorporação política, além de inúmeras outras: uma acumulação progressiva de mudanças sociais que prepara a sociedade para prosseguir rumo ao seu clímax, a democratização.” [tradução nossa]

que, ao contrário do que imaginava Lipset, a partir de um determinado nível de renda *per capita*, os regimes autoritários adquirem estabilidade e a tendência à democratização cai (LIMONGI; PRZEWORSKI 1997, p. 160). A principal questão subjacente ao desenvolvimento econômico que determina o avanço e consolidação da democracia parece estar mais relacionada a fatores sociais do que simplesmente ao aumento da riqueza. Em outras palavras, observar simplesmente o nível de renda *per capita* de um país não basta para determinar se ele é democrático ou não – a maneira como o poder público utiliza esses recursos para o desenvolvimento educacional, cultural, urbano, é o fator determinante na relação entre modernização e democracia.

As relações entre o Ocidente e o restante das nações, no tocante à modernização, engendraram padrões de harmonia e conflito nas sociedades não-ocidentais (HUNTINGTON 1997, p. 90). Evidências de incompatibilidade entre a cultura e religião árabes, a sociedade, ou grau de desenvolvimento econômico ou político desses países que incompatibilize seus governos com as exigências da democracia carecem, até o momento, de comprovação científica¹¹ (DIAMOND, 2010). Diante das dificuldades das sociedades islâmicas em relação a modernização, contudo, é pertinente a observância da relação entre democratização e fatores socioeconômicos no surgimento e consolidação de democracias no mundo árabe, isolado, ou comparativamente às experiências bem-sucedidas de democratização em nações islâmicas não-árabes.

Um desses fatores, destacadamente, é o petróleo: desde a década de 1960, as rendas advindas do petróleo vêm contribuindo de forma significativa na sustentação de regimes autoritários (ROSS, 2001; 2012). O desenvolvimento econômico nos regimes autoritários cria mecanismos para a formação de “barganhas populistas”, viabilizando sua sustentação e estabilização. Note-se ainda os efeitos de sustentação que os estados ditos “rentistas” possuem sobre a sua capacidade de bancar pesados aparelhos de segurança, utilizando-se da estratégia de “*carrots and sticks*”, apaziguando e reprimindo a oposição conforme oportuno. A interação mutuamente exclusiva entre “taxação” e “representação” adormeceu as sociedades civis, que em paralelo aos constrangimentos formais, reduziu drasticamente o impulso à atuação política. Em síntese, nas palavras de Zakaria (2004, p. 10):

¹¹ Larry Diamond (2010) enumerou três fatores para explicar a manutenção de regimes autoritários no mundo árabe: o reforço autoritário exercido pelo conjunto de países da região; o conflito israelo-palestino; e a sustentação proporcionada pelas rendas do petróleo.

*Easy money means little economic or political modernization. The unearned income relieves the government of the need to tax its people – and in return provide something to them in the form of accountability, transparency, even representation.*¹² (ZAKARIA 2004, p. 10)

c. Liberalização, Democratização e Legitimidade

A liberalização de um regime consiste na incorporação parcial de mecanismos democráticos a um regime autoritário como, por exemplo: o afrouxamento da censura da imprensa, a anistia de presos políticos, ou mesmo a realização de eleições diretas para cargos de menor importância do Executivo. As liberalizações seletivas no contexto de um regime autoritário apresentam-se como medidas táticas imprescindíveis à manutenção da sobrevivência das elites políticas no poder no curto ou médio prazo. A iniciativa da liberalização parte do centro decisório do regime, a cúpula do poder (RUSTOW, 1971) ainda que possa ser influenciada significativamente por pressão internacional, revolta popular, ou ser simplesmente um movimento espontâneo gerado por um cálculo de custo-benefício em um período de prosperidade¹³.

A legitimidade de um regime, democrático ou autoritário, pode ser entendida como o seu grau de aceitação perante os atores do jogo político. Tal aceitação não significa que todos os atores precisam subscrever-se ao regime e suas práticas, e também não significa, necessariamente, a inexistência de oposição numerosa. Para ter legitimidade o regime precisa ter ampla creditação: contestações emanando de diferentes atores não devem fragilizar de forma significativa a estabilidade e integridade das instituições do Estado.

Martin Lipset (1956, p. 86) destaca que a legitimidade de um regime não deriva de sua eficiência – entenda-se, a legitimidade não é instrumental e sim processual. O zelo pelos direitos humanos, a proteção de minorias, a prestação de contas do governo, e a oportunidade da população livrar-se de líderes que não possuem apoio amplo na sociedade são garantias que traduzem vontades populares ligadas a valores subjetivos primários, os quais não são relativizados ou comprometidos por mudanças no desempenho econômico. A estabilidade de

¹² “Dinheiro fácil significa pouca modernização econômica ou política. A renda imerecida alivia o governo da necessidade de taxar seu povo – e em troca lhe dar algo na forma de prestação de contas, transparência, [e] mesmo representação.” [tradução nossa]

¹³ O fracasso dos regimes autoritários é uma das razões que pode criar divisões internas. Paradoxalmente, contudo, regimes autoritários em períodos prósperos também tendem a liberalizar-se. As elites políticas se convencem que elas têm pouco a perder com a abertura, e muito a ganhar (e.g. legitimidade doméstica e internacional, diluição das tensões nas Forças Armadas).

um regime frente a choques constitui-se no teste final da definição de um regime como democracia. Todos os sistemas políticos possuem períodos em que há poucos recursos disponíveis para serem distribuídos; tais períodos não necessariamente fragilizam as instituições democráticas, precisamente em função de sua legitimidade.

Os regimes autoritários podem lograr altos índices de popularidade, bem como legitimidade, ainda que para isso suas elites políticas precisem manter-se virtualmente monolíticas. Mainwaring (1992) sugere haver uma relação bidirecional entre a legitimidade do regime e o grau de coesão da coalizão autoritária. É comum o regime autoritário derivar legitimidade a partir da própria justificativa pela qual tomou o poder, evocando a urgência do confisco de direitos e liberdades civis diante da necessidade de salvaguarda do “bem comum”, do resguardo dos valores tradicionais, da manutenção da unidade nacional – sob risco real ou fictício de desmantelamento – entre outras razões¹⁴. Os golpes militares nas monarquias convertidas em repúblicas no Oriente Médio e norte da África foram, ao menos parcialmente, justificados a partir da ideologia do pan-Arabismo:

As president of Egypt, Nasser led an Arab Nationalist movement aimed at discrediting the remaining monarchies and melding the region's states into one United Arab Republic. Nasser and other Arab Nationalists declared the monarchies illegitimate because they exclusively served the interests of the ruling families and the colonial powers that established them. They argued that, in contrast, the republics served the interests of the people and protected them against foreign domination. [...] Therefore, although the new Arab republics in Egypt, Syria, Iraq, Yemen, Algeria, Tunisia, and Libya were authoritarian, at the time of their founding they were for the most part popular and legitimate¹⁵. (MILLER et al., 2012, p. 42)

Desde o ocaso dos regimes fascistas no Ocidente, derrotados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), vêm erodindo progressivamente as fórmulas de legitimidade dos regimes autoritários. A oposição, deflagrada ou silenciosa, jamais é inexistente, a despeito da

¹⁴ É o conceito de “legitimidade negativa”: o governo autoritário existe para *não* permitir a emergência da extrema-esquerda, para *não* sujeitar o país ao caos econômico, para *não* permitir o retorno do colonialismo.

¹⁵ “Como presidente do Egito, Nasser coordenou o movimento Nacionalista Árabe que objetivava desacreditar as monarquias remanescentes e amalgamar os estados da região em uma República Árabe Unida. Nasser e outros Nacionalistas Árabes declararam que as monarquias eram ilegítimas pois elas serviam exclusivamente aos interesses das famílias dominantes e das potências coloniais as quais lhes estabeleceram. Eles argumentavam que, em contraste, as repúblicas serviam aos interesses do povo e as protegiam contra a dominação estrangeira. [...] Portanto, ainda que as novas repúblicas Árabes no Egito, Síria, Iraque, Iêmen, Argélia, Tunísia, e Líbia fossem autoritárias, no momento de sua inauguração, elas eram, majoritariamente, populares e legítimas.” [tradução nossa]

magnitude da coerção, dos interesses particulares que reforçam o autoritarismo, ou mesmo de apatia ou inércia dos atores. Os cismas na coalizão autoritária são a força motriz do impulso à liberalização (PRZEWORSKI, 1986), e sinalizam para os demais atores que existe ensejo para a transformação do regime, tirando a sociedade civil de seu estado de letargia. Ainda que algum grau de liberalização geralmente preceda a democratização, liberalização e democratização não são sinônimas; alguns direitos podem ser concedidos ao mesmo tempo em que são mantidas restrições fundamentais ao acesso ao jogo político por parte de alguns grupos (O'DONNELL & SCHMITTER, 1988, p. 10).

Divisões internas na coalizão autoritária, bem como na oposição são cruciais nas transições. As facções têm que ser matizadas para evitar o bloqueio da mudança causado por estratégias maximizadores (ganha-perde), ou seja, é preciso haver matizes das facções dispostas a negociar a liberalização. Por exemplo, a coalizão autoritária é geralmente dividida entre “linha dura” e “linha branda”, e a oposição entre antigos partidários do regime que buscam ganhar espaço com a mudança, sem necessariamente ter compromisso com a democracia; grupos moderados; e grupos maximizadores, os quais não possuem, normalmente, compromisso com a democratização, justamente por serem inaptos a participar da barganha política. A sobrevivência do regime autoritário é posta em xeque conforme mais e mais setores da sociedade civil voltam a participar do jogo político, contudo, o caminho para a transição envolve, necessariamente, a negociação com o poder estabelecido, já que a descontinuidade completa entre as estruturas pré e pós-transição, no sentido prático, é prejudicial para todos os atores envolvidos no processo.

A opção pela liberalização é uma solução sub-ótima para a coalizão autoritária e para a oposição; contudo, possibilita que novos arranjos políticos sejam formados no contexto de uma estabilidade temporária. Nesse sentido, ressalta-se a importância de um compromisso normativo com a democratização por parte das elites políticas (MAINWARING, 1992). Huntington (1991, p. 22) faz eco a essa afirmação, salientando esse fator como um importante obstáculo ao surgimento de democracias no Oriente Médio e norte da África. Ainda que esse compromisso não precise surgir de forma instantânea, no médio prazo é importante que a maioria dos atores da sociedade civil esteja comprometida com a ideia e com um projeto de democratização.

Três fatores impactam fortemente os cálculos de decisão pela liberalização do regime: o problema de sucessão da liderança; a erosão na coesão autoritária¹⁶; e o declínio da legitimidade. O primeiro fator é passível de gerar instabilidades significativas em regimes autoritários. Na ausência de formas institucionalizadas de seleção dos representantes políticos, abrem-se precedentes para disputas internas nos escalões da coalizão autoritária. No caso de regimes personalistas, os efeitos negativos da crise sucessória tendem a intensificar-se. Conforme demonstrado no Capítulo II, o caso egípcio apresenta o problema da crise de sucessão como um traço marcante.

d. Transições Políticas

Os períodos de transição política são caracterizados por apresentar obstáculos à análise *ex ante*, dada a volatilidade dos próprios parâmetros da ação política (O'DONNELL & SCHMITTER, 1988 p. 4), bem como a existência de elementos idiossincráticos. Há que se destacar, contudo, algumas características predominantes que diferenciam ou assemelham os casos de transição entre si.

Share (1987) parte de duas questões fundamentais para formular uma tipologia de transições de regime autoritário. A primeira refere-se ao consentimento da coalizão autoritária quanto ao processo de democratização; a segunda, à celeridade do processo. As respostas a essas duas questões definem quatro tipos de transição: a partir do consentimento da coalizão autoritária, a transição pode ser rápida – transição pela transação – ou lenta – democratização incremental. Nos casos de não-consensualidade, a transição ocorre de forma lenta por meio de uma luta revolucionária prolongada; ou, rapidamente, por ruptura, através de revolução, golpe, colapso, ou extirpação.

Dado que a incerteza é uma marca dos processos de mudança de regime, os casos de transição gradual e negociada possuem, conseqüentemente, garantias maiores frente ao – nunca descartado – refluxo do autoritarismo. Paradoxalmente, a transição negociada também pode beneficiar a elite autoritária, ou ao menos uma parte dessa elite. Assume-se diante desse fato, que as elites políticas de um regime autoritário, quando confrontadas com a possibilidade de conduzir a mudança de regime, preferirão fazê-lo pela via política à revelia

¹⁶ Nos regimes militares esse fator merece análise quanto ao que se deve ao conflito relativo a imagem que os militares possuem enquanto políticos e enquanto instituição.

de uma opção revolucionária, que elimina totalmente as garantias das quais gozam esses indivíduos.

Nos casos de transição negociada, ao menos uma parte dos líderes do período autoritário seguem contando com significativo prestígio diante da população, o que prolonga sua sobrevivência no mundo político após o colapso do governo autocrático. O imperativo de manter um grau mínimo de estabilidade nas instituições do Estado – Legislativo, Constituinte, Judiciário e o setor público de forma geral – implica na manutenção de quadros de afiliados do regime autoritário em algumas posições, enquanto outros são ostracizados:

Uma das consequências do significativo nível de controle sobre a transição é a existência, em muitas áreas, de uma continuidade entre o regime autoritário e o democrático. É provável que haja alguma renovação das elites, especialmente com a marginalização da linha-dura, mas algumas elites dos primeiros escalões do regime autoritário conservam posições de prestígio e poder.” (SHARE; MAINWARING, 1986, p. 212)

De acordo com Share e Mainwaring (1986), é necessária a efetivação de cinco condições para se promover o processo de transição pela transação de forma bem-sucedida:

- i. o regime autoritário deve possuir amplo apoio e estar devidamente consolidado;
- ii. deve haver aceitação por parte da oposição democrática das limitações e regras fixadas pelo regime autoritário para o processo;
- iii. é necessário controlar as ameaças subversivas;
- iv. a mobilização de massa deve ter alcance limitado;
- v. o regime deve contar com lideranças habilidosas para conduzir a transição.

e. Democracia no Mundo Árabe

As nações do Oriente Médio e Norte da África, à exceção do Líbano e, desde mais recentemente, da Tunísia, jamais tiveram, em toda a sua história, a experiência de um governo democrático. O anacronismo dos regimes árabes perante os avanços dos sistemas de telecomunicações, transportes, e da interdependência vinha criando pressões crescentes para a liberalização desses regimes e, atualmente, estão desencadeando transformações no autoritarismo que há muitas décadas está enraizado na região.

Com a eclosão de revoltas populares no Oriente Médio e norte da África em 2011, as quais motivaram a deposição de autocratas que há muitas décadas ocupavam o poder em países como Tunísia e Egito, ganhou novo impulso o debate acerca das perspectivas da

democracia no Mundo Árabe. Considerando-se a virtual ausência de experiências duradouras de democracia na região, caso único no mundo, é relevante a indagação a respeito dos fatores que afastam essa civilização de um sistema de governo que se disseminou na maior parte do mundo. Derek Hopwood relata a partir de um depoimento a seguinte síntese da relação entre o cidadão árabe e o Estado:

The truth of the matter is that we the Arabs have inherited from the past a feeling that the state is separated from us; that it is imposed upon us; and that we have no influence upon it or interest in it... The simple individual in our Arab society feels that the state is a powerful and distant thing and that he must accept its rulings without hesitation, pay taxes without argument and not ask anything in return... that he has a duty toward it, but no rights forthcoming from it. (HOPWOOD 1991, p. 84)¹⁷

É importante salientar, nesse sentido, as diferenças na concepção de estado e de direitos individuais que se propagou no conjunto de países islâmicos *vis-à-vis* a doutrina clássica de democracia. O Estado Islâmico atua como uma espécie de entidade moralizante da comunidade, que ao aproximar suas práticas cotidianas da lei islâmica (*shari'a*), alcançará o desenvolvimento. Os teóricos do constitucionalismo islâmico moderado defendem uma legislação e um estado balizado pelos princípios da *shari'a*, que é derivada diretamente dos textos fundamentais da doutrina islâmica, o Corão e a *Sunna*¹⁸. O Constitucionalismo Islâmico defende a independência do judiciário, a existência do parlamento¹⁹, a separação entre os poderes, a necessidade de o Estado prestar contas à população, a participação popular na política, e não entra em conflito com a maior parte das diretrizes gerais da democracia dita “clássica”.

A vertente filosófica da religião muçulmana recai sobre a comunidade e as instituições. A manutenção de seus valores é o imperativo do qual deriva e ao qual se subordina o bem-estar individual. Isso não sinaliza uma incompatibilidade fundamental com os processos

¹⁷ “A verdade é que nós os árabes herdamos do passado um sentimento de que o Estado está desvinculado de nós; de que ele é imposto sobre nós; e de que nós não temos influência sobre ele e que não nos interessamos por ele... O indivíduo comum na sociedade árabe sente que o Estado é uma entidade poderosa e distante, e de que ele deve aceitar seus desmandos sem hesitação, pagar impostos sem argumentar e não pedir nada em troca... de que ele tem um dever em relação a ele, mas que nenhum direito emana dele.” [Tradução nossa]

¹⁸ Note-se que a legislação egípcia atual, em sua maior parte, pode ser considerada como estando em conformidade com a *shari'a*.

¹⁹ O princípio islâmico da *shura*, palavra árabe que significa “consulta”, é o substrato da doutrina islâmica cujo reflexo são os Conselhos e Parlamentos.

democráticos, porém, demanda ressalvas do ponto de vista substantivo diante da receita clássica de democracia. Conforme Rutherford,

If democracy is a set of institutions that constrain the state, enforce law and allow public participation in politics, then islamic constitutionalism is fully compatible with democracy. However, if one views democracy as the adoption and promotion of a set of values – such as individual liberty, freedom of choice, popular sovereignty, and a minimalist state – then the conclusion with regard to Islamic constitutionalism is more ambiguous. (RUTHERFORD, 2008, p. 127)²⁰

Essa relação entre a doutrina religiosa e a prática política alerta para a importância do elemento religioso imbuído na própria formação das instituições²¹ que, ao contrário do que percebemos nas instituições das civilizações judaico-cristãs, é recorrente ao longo da história islâmica (SILVERSTEIN, 2010). Nesse sentido, na concepção coletiva dos países muçulmanos, existe uma alternativa viável para a democracia: o Islã (MILLER et al. 2012, p. 294). Huntington já havia afirmado algo semelhante, destacando que os países muçulmanos não responderam ao impulso democratizante pelo qual passaram os ex-países soviéticos:

Essa [terceira] onda teve um impacto nas sociedades muçulmanas, porém de proporções limitadas. O Islamismo foi o substituto funcional da oposição democrática ao autoritarismo nas sociedades cristãs e, em grande parte, foi o resultado de causas análogas: mobilização social, perda de legitimidade de desempenho por regimes autoritários e um ambiente internacional em mutação, inclusive com aumento dos preços de petróleo, o que, no mundo islâmico, incentivou tendências fundamentalistas islâmicas em vez de tendências democráticas (HUNTINGTON, 1997, p. 140-141).

No início de 2011, quando se intensificaram os protestos na Tunísia, a imagem de Mohammed Bouazizi, o jovem vendedor de hortaliças de 26 anos que ateou fogo ao próprio corpo em protesto²², tornou-se um símbolo do movimento contra as ditaduras. Não gratuitamente, esse ato gerou identificação e retumbou na consciência dos milhões de manifestantes que tomaram as ruas: ela é emblemática da situação da juventude oprimida

²⁰ “Se a democracia é um conjunto de instituições que restringem o poder do estado, fazem cumprir a lei e permitem a participação da população na política, então o constitucionalismo islâmico é completamente compatível com a democracia. Contudo, se a visão de democracia empregada consiste na adoção e promoção de um conjunto de valores – como liberdade individual, liberdade de escolha, soberania popular e um Estado minimalista – então a conclusão a respeito do constitucionalismo islâmico é mais ambígua.” [Tradução nossa]

²¹ O Constitucionalismo Islâmico, em suas diversas manifestações, apresenta diversas ressalvas em relação aos direitos de mulheres e das minorias religiosas e à liberdade de expressão, em graus variados.

²² É relevante notar que o suicídio para as sociedades muçulmanas é considerado um ato de apostasia.

pelas condições de vida miseráveis e humilhada pelas autoridades nos países árabes. Em cada nação onde ocorreram revoltas, contudo, há uma combinação particular de fatores que determinaram a forma e o rumo das manifestações.

A despeito do fato de a Tunísia ter sido o gatilho dos protestos, historicamente, o Egito é a nação que constitui o “centro nervoso, cultural e político” do mundo árabe (KHANNA 2008, p. 259). O Egito moderno é o herdeiro cultural de uma civilização milenar, estabelecida há sete mil anos nas margens do Rio Nilo. Nominalmente um regime democrático, o Egito é na verdade um híbrido estável entre democracia e autoritarismo: conforme explicado mais detalhadamente adiante, o país incorporou alguns elementos característicos de regimes democráticos, enquanto mantinha, seletivamente, a oposição política enquadrada dentro de seu espaço definido.

f. Conclusões do Capítulo

Em resumo, podemos destacar os seguintes elementos a partir dos pontos levantados até o momento:

- o papel de centralidade das elites políticas apontado pela literatura na condução dos rumos sócio-políticos de uma nação é algo que determina a essencialidade de sua observação nos estudos desses fenômenos, entre eles notadamente a transição política e as mudanças de regime;
- a explicação do comportamento e dos condicionantes dos processos decisórios desses atores por parte da teoria política é pautada pela racionalidade, bem por isso nota-se geralmente uma preferência pela reprodução dos mecanismos preexistentes e um traço conservador e lento nas transições mais estáveis, e a firmação de pactos entre as elites se constitui como um dos principais mecanismos de manutenção do *status quo*;
- apesar disso, o equilíbrio estabelecido em um sistema político é incontestavelmente dinâmico, seja ele autoritário ou democrático. Nota-se, porém, uma tendência forte no mundo contemporâneo em estimular, em todas as sociedades, a consolidação de processos democráticos, que afeta a dinâmica desses equilíbrios no sentido de favorecer as reformas que fortaleçam a democracia;
- existem constrangimentos significativos a análise *ex ante* desses fenômenos, visto que, a despeito da racionalidade que marca as decisões no plano

individual, o agregado das ações e uma série de fatores intervenientes (muitos deles imprevistos) influem no desenrolar dos processos de transição;

- o estabelecimento de relações de causalidade no estudo dos processos de transição política está sujeita a enumeração de uma quantidade considerável de variáveis intervenientes, visto que aspectos econômicos, culturais, políticos, históricos, geográficos, sociológicos, e mesmo fatores de escopo internacional são passíveis de explicar a variável independente;
- é marcante, no conjunto de países árabes, o padrão engendrado pela existência de recursos como o petróleo na sustentação de regimes rentistas autoritários, emulado, em certa medida, pelo conjunto desses países que não dispõem de tal recurso, em uma relação de influência que perpetua a sobrevivência dos regimes ditatoriais na região;
- as formas de expressão dos tipos ideais no mundo empírico é marcada por uma relação de coexistência, não de anulação, com os elementos idiossincráticos de cada civilização e cultura – em especial nas nações do mundo subdesenvolvido, cuja imposição de elementos vindos de fora é geralmente processada por e amalgamada com uma série de aspectos autóctones – que ainda assim não incompatibiliza, no caso da democracia no Mundo Árabe, a manifestação de seus aspectos processuais.

CAPÍTULO II - TRANSIÇÃO POLÍTICA NO EGITO

A primeira seção deste capítulo destaca os principais eventos ocorridos nas três décadas de vigência do governo Mubarak, inclusive a emergência dos atores políticos que tiveram atuação durante o período e as bases de sustentação do regime. Na sequência, abordamos o tema da sucessão hereditária, e como esse fator está fortemente associado a um sentimento de alienação da elite extra-familiar do governo. A seção que se segue a essa enfatiza as forças econômicas que exerceram pressão sobre o regime, gerando um estrangulamento progressivo da capacidade de “suborno” dos entes políticos e da sociedade como um todo. Finalmente, abordamos o efeito desagregador das manifestações regionais sobre o equilíbrio firmado no Egito.

a. O Governo de Hosni Mubarak (1981-2011)

O Egito, país mais populoso e industrializado do Mundo Árabe, desde 1952, ocasião do Golpe dos Oficiais Livres, era governado por um regime militar autocrático, comandado por Gamal Abdel Nasser (1952-1970). O Partido Nacional Democrático (NDP, na sigla em inglês), do qual emerge o Presidente Mubarak, foi criado pelo sucessor de Nasser, o General Anwar Sadat (1970-1981). Ao contrário do que sugere a forma de sua deposição, o Presidente Mubarak assumiu o cargo sendo amplamente referendado pelo público. A imagem manchada de seu antecessor, devido à aliança com o Ocidente e aos efeitos negativos da *infitah*, abertura da economia iniciada durante a década de 1970, preconizava o surgimento de novas fórmulas para evitar o desgaste político do regime – idealmente, elas seriam uma síntese das políticas de Nasser e Sadat (HOPWOOD, 1991, p. 184-185).

É importante destacar, inicialmente, que as Forças Armadas nacionais, enquanto instituição, possuem grande respaldo popular na sociedade egípcia, por diversas razões, mas especialmente em função de seu papel histórico no afastamento das potências internacionais do poder no Egito. Dito isso, o governo militar foi exercido, virtualmente em sua totalidade, sob estado de emergência²³, com atuação marcante de uma força de segurança paralela, responsável por garantir a segurança pública doméstica.

23

Somente em 2012 os manifestantes que tomaram a Praça Tahrir para derrubar o governo Mubarak lograram ter atendida uma de suas principais demandas: o fim do estado de emergência.

No sentido de reconstruir a atmosfera política do período, passando uma ideia mais clara de quando ocorre a emergência dos novos atores políticos no Egito, bem como para viabilizar alguma dedução plausível de seu grau de maturidade institucional, cabe destacarmos alguns marcos importantes. Pode-se afirmar que o cronograma de distensão do período Mubarak já havia iniciado antes de sua chegada ao poder, quando foram reinstituídas as eleições multipartidárias no país – até 1980, o sistema era unipartidário. Além do NDP, o antigo *Wafd*²⁴, o Partido Trabalhador Socialista, a União Nacional Progressista, e um partido religioso, a *Umma*, eram os componentes do cenário político, e ocupavam posições no Legislativo. Aos olhos da sociedade internacional, uma das virtudes do governo militar no Egito foi sua capacidade de restringir ou suprimir a atuação dos islamistas na política, postura progressivamente afrouxada durante o governo Mubarak.

Durante a maior parte do regime militar, os grupos de oposição liberal e os islamistas estiveram na margem do sistema político. Contudo, foram gradualmente ganhando mais espaço conforme a liberalização política seletiva do regime ia permitindo a emergência de novos atores. Somente nos anos 2000 os partidos passam a crescer em significado nos pleitos políticos. Com as emendas constitucionais de 2005, os partidos passam a poder concorrer a Presidência – as eleições, contudo, não proporcionavam real competitividade aos candidatos de oposição. Em 2010, houve novo pleito para o parlamento. Numa eleição amplamente boicotada pela sociedade, mais de 4/5 dos votos foram para o partido governista²⁵.

A Irmandade Muçulmana (IM)²⁶ foi o grupo de oposição mais organizado do Egito durante o governo militar, tendo em função disso assumido papel protagonista no processo de transição (MILLER et al, 2012). A Irmandade adquiriu contornos de grupo político na década de 1990, quando, embasada pelo constitucionalismo islamista²⁷, formulou uma plataforma mais clara. O sistema de recrutamento e ascensão hierárquica nos escalões da organização é

²⁴ O partido *Wafd* havia surgido durante a monarquia do rei Farouk, sendo o principal ator na luta nacionalista egípcia além do Poder Judiciário.

²⁵ BBC News. Egypt election: Hosni Mubarak's NDP sweeps second round. 7 de dezembro de 2010. <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-11935368>. Acesso em: 15 maio 2014.

²⁶ A IM é uma organização civil islâmica fundada no Egito, com braços em diversos países árabes. Sua história começa em 1928, ano em que foi criada por Hasan al-Banna. Seu fundador estabelece algumas diretrizes gerais a serem cumpridas pela organização, que durante décadas atuou como um misto de grupo político e organização não-governamental. A IM realizava trabalhos de assistência social e de caridade, além de servir como foro para debates acerca de assuntos diversos ligados ao governo e a sociedade egípcia, logrando grande respaldo entre as classes médias e baixas do país.

²⁷ A história do constitucionalismo islâmico no Egito em muito se confunde com a trajetória da IM. Os autores que inspiraram a criação do programa político da Irmandade Muçulmana foram: Yusuf al-Qaradawi, Tariq al-Bishri, Kamal Abu al-Majd e Muhammad Salim al-Awwa.

marcado por grande coesão interna, opacidade, rigidez ideológica, e seletividade²⁸. Essas características, aliadas a um eficiente sistema de comunicação interna, permitiram que a IM conseguisse se manter organizada a despeito das tentativas de infiltração dos agentes de segurança do governo (TRAGER, 2011).

A definição de objetivos políticos claros, que afastassem as suspeitas de que a Irmandade seria um grupo de radicais foi essencial para o avanço da organização enquanto alternativa política viável. A Irmandade formou, em 2011, o FJP, depois de muitos pleitos concorrendo a cargos no Legislativo através do apoio a candidatos independentes. Sua adesão ao jogo político amainou, como era de se esperar, suas bandeiras mais controversas. Sobre a ascensão desses grupos e sua possibilidade de inserção real no cenário político, Samuel Huntington escreveu:

In some respects, the position of fundamentalist parties in Islamic societies in the early 1990s raised questions analogous to those posed by communist parties in Western Europe in the 1940s and again in the 1970s. Would the existing governments continue to open up their politics and hold elections in which Islamic groups could compete freely and equally? [...] If they did form a government, would it pursue radical Islamic policies that would undermine democracy and alienate the modern and Western-oriented elements in society? (HUNTINGTON 1991, p. 29)²⁹

No outro lado do espectro político, há a atuação dos grupos liberais, que durante o regime militar foram relativamente incapazes de se alçar ao patamar que chegou a IM³⁰. O *Colégio de Advogados*, igualmente teve papel digno de nota no debate político egípcio. Essa associação exerceu oposição ao governo durante muitos anos clamando por reformas

²⁸ A Irmandade possui uma hierarquia piramidal, de cinco níveis distintos: ingressantes são chamados de *'muhib'* ("seguidor"); após um período de 6-48 meses, sobem para o nível de *'muyyad'* ("apoiador"); os que avançam tornam-se *muntasib* ("afiliados"), e posteriormente *muntasim* ("organizador"). O nível máximo é chamado *ach'amal* ("irmão trabalhador"). A ascensão na organização depende do cumprimento de um roteiro de estudos religiosos (corânicos e textos de al-Banna), contribuição pecuniária, realização de trabalhos, entre outras atividades.

²⁹ Em alguns aspectos a posição de partidos fundamentalistas nas sociedades islâmicas no início dos anos 1990 levantou questionamentos análogos àqueles feitos pelos Partidos Comunistas na Europa Ocidental nas décadas de 1940 e 1970. Os governos em exercício abririam o regime e as eleições para a participação livre e igualitária dos grupos islâmicos? [...] Se eles de fato formassem um governo, ele iria adotar políticas islâmicas radicais que prejudicariam a democracia e alienariam os elementos modernos e ocidentalizados da sociedade? [Tradução nossa]

³⁰ A baixa representatividade dos partidos de bandeira estritamente liberal nos órgãos legislativos nacionais pode ser explicada pelo fato de que eles acabam assumindo aspectos menos destacados da ideologia liberal em sua formação de identidade – e consequentemente perdendo em capacidade de mobilização de eleitores (DUNNE & RADWAN, 2013). De certa forma, podemos argumentar que esses grupos passaram pelo processo inverso ao que viveu a IM – tiveram que construir plataformas políticas brandas para depois conseguir obter espaço no cenário institucional.

liberalizantes (RUTHERFORD, 2008). Formada a partir da classe de juristas surgida devido às reformas legais e educacionais do século XVIII, teve sua influência parcialmente suprimida durante o período Nasserista, recuperando destaque somente ao fim da década de 1960. O *Colégio* sofreu grande expansão na década de 1980, devido às reformas feitas no Ensino Superior, executadas durante o governo Sadat. O acesso facilitado à universidade, estabelecido através dessas reformas, acabou criando uma massa de profissionais de classe média-baixa egressos da Faculdade de Direito que excedia a oferta de empregos disponíveis no país³¹.

É possível concluir, portanto, que o equilíbrio conservador que permitiu a manutenção do governo Mubarak durante três décadas foi construído habilmente a partir de processos de liberalização seletiva – o país possuía uma mídia mais livre que a de seus vizinhos³², e alguns procedimentos que, no papel, blindavam o regime de uma escrutinização internacional mais incisiva. Os grupos organizados da sociedade civil passam a se formalizar a partir das brechas dessas liberalizações, ocupando o espaço que lhes era concedido e coexistindo mais ou menos harmonicamente com o autoritarismo. O padrão assumido, normalmente, era de alternância entre períodos de harmonia, com recrudescimento da oposição, seguidos de um reforço na repressão do governo central que contivesse o fortalecimento nesses grupos (MILLER et al, 2012).

É marcante, nesse contexto, a estruturação da IM enquanto ator político a partir de uma intrincada rede social preexistente, a qual reforçou sua capacidade de atração diante da incapacidade do Estado em prover para os desempregados e demais grupos desassistidos da população. Nesse sentido, a síntese de Ibrahim (1996) é simbólica:

The new middle class, especially in its lower reaches, feels politically marginalized, economically impoverished, and culturally alienated. Its aspirations for participation and opportunity are legitimate, and should call forth a creative response from the authorities. Yet so far, the regime of President Hosni Mubarak has shown itself unable to grasp the complexity and inner dynamics of Egypt's social question. That is why so many of the young, especially among the well-educated and the new middle classes, have deserted the regime. This disaffection may reverse itself, as has happened in

³¹ Assim como muitos outros setores econômica e politicamente marginalizados, parte desses jovens acabou se aproximando da Irmandade Muçulmana, graças a sua militância e recrutamento no interior dos *campi*.

³² Cf. Néfissa (2011), a contestação ocorria a partir de blogs, jornais de oposição e outros veículos de mídia.

the recent past, yet some credible steps toward increasing social equity and political participation would surely help (IBRAHIM, 1996, p. 126).³³

Analisando a sequência de eventos que antecedem imediatamente a queda de Mubarak³⁴, podemos notar ainda que o Exército e os grupos islamistas protagonizam, na medida do possível, a condução dos eventos após a eclosão das manifestações. Com a saída de Mubarak, a presidência passou a ser exercida por uma junta militar, o Supremo Conselho das Forças Armadas (SCAF). O SCAF dissolveu o Parlamento, instituiu emendas constitucionais provisórias e marcou eleições parlamentares para setembro de 2011. Além disso, ordenou a prisão e detenção de oficiais do governo Mubarak, além de sua prisão e julgamento, inclusive do ex-presidente e seus filhos. O início do processo de transição sugeria uma aliança entre os dois principais protagonistas do jogo político naquele momento, o SCAF e a IM, dado o cronograma da transição e o fato de que inviabilizava, na prática, a organização de outros atores (MARTINI; TAYLOR, 2011).

Surpreendeu a muitos analistas a velocidade e a escala da desagregação do governo que, a despeito de enfrentar oposição sistemática, mantinha-se estável há três décadas. Em fevereiro de 2011, nos dias imediatamente anteriores à deposição de Mubarak, o Estado egípcio encontrava-se em um nível quase total de desobediência civil. Pela primeira vez na História, grupos islamistas e secularistas formaram uma coalizão em torno de um objetivo comum (MILLER et al. 2012, p. 52), e depois de 18 dias de protestos, os egípcios ouviram do Vice-Presidente Omar Suleiman o anúncio de que Mubarak havia sido afastado de seu cargo.

b. A Tentativa de Sucessão Hereditária

Conforme afirma Masoud (2011, p. 22), duas instituições contribuíram para a manutenção – e, paradoxalmente, para a queda – do regime Mubarak: o NDP, e as eleições

³³ “A nova classe média, especialmente em suas camadas mais baixas, sente-se politicamente marginalizada, economicamente empobrecida, e culturalmente alienada. Suas aspirações por participação e por oportunidades são legítimas, e deviam render uma resposta criativa por parte das autoridades. Porém, até o momento, o regime do Presidente Hosni Mubarak tem se mostrado incapaz de compreender a complexidade e as dinâmicas internas da questão social. É por isso que tantos jovens, especialmente aqueles oriundos dos mais bem-educados e da nova classe média, abandonaram o regime. Esse desafio pode ser revertido, como já vimos em um passado recente, porém alguns passos que, de forma crível, pudessem aumentar a igualdade social e a participação política certamente ajudariam.

³⁴ Ver Anexo A.

periódicas para o parlamento³⁵ – a primeira por ser um foro para a solução de disputas do núcleo autoritário do regime; a segunda por viabilizar a distribuição dos frutos da corrupção entre seus apoiadores, aliviando a elite do regime do ônus de ter que escolhê-los à esmo. Por isso, o desgaste progressivo das relações do Presidente Mubarak com o NDP, bem como a alienação e deslegitimação do Parlamento, formado por pleitos reconhecidamente fraudulentos, fragilizaram muito a base de apoio do Presidente em exercício:

*The seven elections of the Mubarak era were all stage-managed to generate victories for the ruling party, and the regime's various electoral manipulations served only to remind the people of the regime's lack of regard for them or their will. The parliamentary contests of late 2010 were particularly egregious—it is worth noting that there was greater opposition representation in Ben Ali's last parliament than in Mubarak's—and sparked the season of protests that ended with Mubarak's downfall.*³⁶ (MASOUD, 2011, p. 24)

Nesse contexto, a criação de redes clientelistas em torno das famílias que ocupavam o poder contribuiu para que parte dos aliados da coalizão autoritária se sentisse alienada do centro de decisão e, portanto, menos propensa a retaliar diante das expressões de descontentamento popular (GOLDSTONE, 2011).

Gamal Mubarak teve sua trajetória profissional inaugurada no setor financeiro, no Reino Unido, e ligações com parte do setor privado que emergiu devido às medidas macroeconômicas liberalizantes da década de 1990. Em meados do ano 2000, o banqueiro emergiu como figura pública e foi integrado ao NDP o que, diante da relutância do Presidente e dos órgãos governamentais oficiais em descartar essa possibilidade, sugeria que ele seria o herdeiro da Presidência após a morte de seu pai. A saúde frágil do Presidente em exercício, além de pelo menos seis tentativas de assassinato³⁷, sinalizava um horizonte de tempo

³⁵ Que, vale lembrar, contribuíram também para a imagem de estabilidade e relativa legitimidade instrumentalizada pelo governo Mubarak durante boa parte de sua vigência.

³⁶ “As sete eleições da era Mubarak foram todas ensaiadas para render vitórias ao partido governista, e a manipulação eleitoral das urnas serviu apenas para lembrar o povo da falta de consideração do regime para com eles e suas vontades. As eleições parlamentares de 2010 foram particularmente flagrantes – e é notável que no último parlamento de Ben-Ali [Tunísia] havia mais representatividade da oposição do que no de Mubarak – e lançaram a onda de protestos que resultaram na queda de Mubarak” [tradução nossa]

³⁷ BBC News. “Profile: Hosni Mubarak”. 22 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-12301713>. Acesso em: 13 jan. 2014.

pequeno para a chegada de Gamal ao poder. Naquela época, vários eventos reforçavam a percepção de que ele seria o herdeiro da Presidência:

Gamal made a series of pre- and post-election appearances during the last parliamentary campaign on behalf of [...] NDP outlining his vision for greater democracy, freedom of expression, and higher living standards. [...] Moreover, throughout 1999 the Egyptian press released reports forecasting the possible formation of a new political party, Al-Mustaqbal (The Future), headed by none other than Gamal Mubarak. (SOBELMAN, 2001, p. 7)

Other very prominent voices and interest groups are publicly pushing for the promotion of Gamal. An important economic weekly magazine devoted its cover story to Gamal Mubarak; against his silhouette is superimposed the caption: “Mr. President, I beg of you – give this young man his fair due”. (SOBELMAN, 2001, p. 8)³⁸

No cenário que se desenhava para a família Mubarak, a transferência de poder se daria de pai para filho, e um reforço de legitimidade e melhora de imagem seria proporcionado pela juventude e origens de Gamal Mubarak. Com sorte, esses fatores contribuiriam para arrefecer os ânimos de uma sociedade que progressivamente se mostrava cada vez mais insatisfeita com o governo. Internamente ao NDP, a entrada de Gamal Mubarak e de alguns de seus aliados ensejou o surgimento de uma “nova guarda” dentro do partido, que passou a pleitear por reformas que permitissem seu acesso aos postos de maior importância (BROWNLEE, 2008, p. 46).

A História demonstra que o feito da transferência de poder de pai para filho em regimes autoritários não é de simples concretização, pois envolve a chancela ou o consentimento de membros da elite extra-familiar – problema que Brownlee apelidou de “*crown-prince problem*”. Essa dificuldade antagoniza com o que muitas vezes se observa nos regimes ditos “sultanísticos”, nos quais a elite do poder praticamente se resume à família. Muammar Qaddafi na Líbia, Hosni Mubarak, no Egito, Hafez Al-Assad, na Síria e Ali Abdullah Saleh, no Iêmen, todos ensaiaram uma sucessão dinástica – a qual foi bem-sucedida

38

“Gamal fez uma série de aparições pré e pós-eleições durante a última campanha parlamentar pelo NDP delineando sua visão de mais democracia, liberdade de expressão, e melhores padrões de vida. [...] Além disso, ao longo do ano de 1999 a imprensa fez reportagens prevendo a formação de um novo partido político, *Al-Mustaqbal* (O Futuro), liderado por ninguém menos que Gamal Mubarak. [tradução nossa]

“Outras vozes e grupos de interesse preeminentes estão publicamente pressionando pela promoção de Gamal. Uma importante revista semanal de economia dedica sua capa a Gamal Mubarak; contra sua silhueta está sobreposta a legenda: “Sr. Presidente, eu lhe imploro – dê a este jovem homem o que ele merece” [tradução nossa]

na Síria e fracassada nos demais casos³⁹. Além deles, havia especulação de que o Presidente Ben-Ali, na Tunísia, antes de ser deposto, queria transferir o poder para a esposa⁴⁰. A frustração das tentativas de transferência de poder intra-familiares ocorre porque a tradição política do país é a principal entidade capaz de validar ou liquidar os planos de sucessão hereditária de um líder político (BROWNLEE, 2007). O segmento extra-familiar que ocupa o poder pode se sentir preterido diante de uma alternância na denominação de um sucessor no sentido de excluir o partido para incluir a família. Em síntese:

Elites outside of the father-son dyad prefer the regime's continuation over an unconstrained power struggle that endangers their posts. But if a practice for the nonviolent selection of a ruler already exists, leaders will defer to that method over a tradition-breaking filial appointment. (BROWNLEE, 2007, p. 610)⁴¹

O ensaio de sucessão hereditária entre Hosni Mubarak e o filho, Gamal, sinalizava a perda relativa de poder do partido dominante (NDP) em detrimento da ascensão das elites financeiras ligadas ao banqueiro. Essa elite, por sua vez, busca coligar-se com partido governista através de suas conexões com os irmãos Ala Mubarak e Gamal Mubarak, justamente para entrar no circuito de distribuição recompensas da elite autoritária. A passagem a seguir, de Stephen J. King (2007, p. 439), repercute a existência de associações entre a nova elite econômica e a elite política:

Egypt's crony capitalists are demonstrably linked to powerful political forces, including military leaders, and President Mubarak and his Family, the key member of which is the older son, Ala. According to one prominent study, during Egyptian privatization, Mubarak gained direct or indirect control over the flow of resources, such that his dominance in the country's key economic elite is unchallenged (KING, 2007, p. 439)⁴².

39 No caso líbio, o fracasso ocorreu em função de interferência estrangeira.

40 O vazamento de documentos oficiais dos Estados Unidos pelo WikiLeaks, publicados no The Guardian, demonstra que a possibilidade de sucessão à Leila Ben-Al. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/49401>> . Acesso em: 14 fev. 2014.

41 Elites fora do binômio pai-filho preferem a continuação do regime em detrimento de uma disputa sem limites pelo poder que coloque seus cargos em perigo. Mas se existe uma prática para a seleção não-violenta de um governante, líderes respeitarão essa prática em vez de um apontamento filial que rompa com a tradição [tradução nossa].

42 “Os capitalistas egípcios estão comprovadamente ligados em redes de clientela a forças políticas poderosas, inclusive líderes militares, e ao Presidente Mubarak e a sua família, da qual o membro chave é seu filho mais velho, Ala. De acordo com um estudo preeminente, durante as privatizações do Egito, Mubarak ganhou controle direto ou indireto sobre o fluxo de recursos, de tal forma que sua dominação sobre a principal elite econômica do país é incontestável” [tradução nossa].

No caso egípcio, a relação de Gamal Mubarak com o segmento empresarial e a possível reestruturação do esquema existente de distribuição dos frutos auferidos pelo autoritarismo criou uma tensão entre a elite política tradicional e a elite econômica ascendente. Em soma a isso, num sentido mais amplo, poderíamos afirmar também que os ensaios de sucessão hereditária na Líbia, Tunísia, Egito e Iêmen, afora a efetiva transferência de poder de pai para filho na Síria⁴³, contribuíram para o sepultamento final do argumento nacionalista que instalara, décadas antes, as ditaduras nas repúblicas árabes, erodindo o aspecto de legitimidade (negativa) do regime (MILLER et al, 2011).

De um lado, a população, além de permanecer alienada do processo político, passa a conviver com o desemprego, os custos da corrupção, a pobreza e a diminuição nos serviços oferecidos a preços acessíveis, ganhando incentivos para buscar a reforma do regime; de outro lado, os principais aliados de Mubarak passam a considerar as vantagens em ostracizar o Presidente em exercício. Brownlee (2012) conclui, portanto, que em função do Egito não ser um produtor de petróleo – como é o caso da Síria – ou detentor de algum outro recurso que gerasse rendas vultosas para o suborno das elites, foi malograda a tentativa de transmissão hereditária do poder. Nessa óptica, paradoxalmente, podemos afirmar que o Egito era “excessivamente democrático” para que sua cúpula dirigente aquiescesse com o sequestro filial do poder no país.

c. O Esgotamento da Barganha Populista

O processo de crise gerado pela sucessão se sobrepõe e se confunde com o esgotamento da barganha populista firmada desde o governo do Presidente Nasser. Anos antes da onda de protestos, Marina Ottaway (2009) salientou o descontentamento socioeconômico das sociedades árabes como o principal elemento dinâmico passível de ensejar uma reforma política, diante do alcance limitado de algumas reformas econômicas e administrativas e do caráter pura e propositalmente ornamental das reformas políticas. No caso egípcio um dos pontos focais de contradição interna manifesta-se através de uma macroeconomia populista, cuja barganha fundamental consistia no subsídio de uma série de serviços públicos e de bens, proporcionada por imenso aparelho burocrático que, durante muito tempo, possibilitou a classe média sustentar seus níveis de vida:

The number of university graduates nearly tripled from 1975 to 1985. But because of cuts in the state budget and commodity subsidies imposed by the IMF, public sector employment no longer provided wages adequate to marry and raise a family; hence, fewer university graduates sought public sector employment even though they were entitled to a position by law. At the same time, the declining price of oil on the world market from 1982 on reduced opportunities for young men to migrate to oil-rich countries and amass savings to buy and furnish an apartment—the prerequisites of a middle-class marriage (BEININ, 2005, p. 124)⁴⁴.

Visto que a economia nacional tem um forte componente informal, e que as principais fontes de arrecadação⁴⁵ são o turismo, as rendas do Canal de Suez, a venda de combustíveis, e rendas remetidas do exterior, a instabilidade internacional é um fator que atinge o núcleo da dinâmica econômica egípcia. Esse estrangulamento impediu o governo de sustentar um setor público robusto, o que fomentou o crescimento de uma massa de insatisfeitos em uma nação em que quase metade da população é composta por jovens⁴⁶. Além disso, cabe notar que o Exército era fabricante de comida, petroquímicos, e outros produtos. Havia um Ministério (Ministério da Produção Militar), voltado exclusivamente à supervisão da parcela da economia regida pelos militares; o exército também é proprietário de *land-holdings* e empresas prestadoras de serviços (MASOUD, 2011).

No Egito, até a década de 1990, a oferta de serviços isentos de impostos e uma série de outros subsídios governamentais à saúde, educação, habitação, transportes e alimentação era sustentada pelo poder público. Resultou da síntese entre a máquina estatal altamente dispendiosa e a forte repressão à atividade política um vetor que levou o Egito a passar por

⁴⁴ “O número de bacharéis praticamente triplicou entre 1975 e 1985. Mas devido aos cortes no orçamento público e nos subsídios às *commodities* impostos pelo FMI, empregar-se no setor público não mais proporcionava salários adequados para casar e formar uma família; portanto, menos diplomados buscavam o serviço público ainda que tivessem direito a uma posição por lei. Ao mesmo tempo, a queda nos preços do petróleo no mercado internacional de 1982 em diante reduziu as oportunidades de que jovens rapazes emigrassem a países produtores de petróleo e fizessem poupança para comprar e mobiliar um apartamento – os pré-requisitos de um casamento na classe média” [tradução nossa].

⁴⁵ Além das citadas, os empréstimos internacionais também são uma fonte de financiamento relevante na economia egípcia. Desde a assinatura dos Acordos de Camp David (1979), ocorrida no governo de Anwar Sadat (1970-1981), o Egito mantém relações cordiais com o mundo ocidental, sendo um dos principais destinos de financiamento militar dos Estados Unidos, e um importante aliado norte-americano fora do círculo da OTAN. Note-se ainda que as rendas do Canal de Suez, do qual a China é um dos principais usuários constituem por si só uma parte substancial da arrecadação pública (KHANNA, 2008).

⁴⁶ O relatório da Organização Mundial do Trabalho apontava para o período de 2009/2010 que, de cada cinco homens, quatro participavam da força de trabalho, enquanto entre as mulheres a proporção era de duas a cada cinco. Entre os jovens de 15-25 anos, de cada dezena, estimava-se que de dois a quatro estivessem desempregados (ILO, 2011).

uma sucessão de reformas “liberalizantes” no período pós-Nasserista. Essas reformas, encomendadas pelo Fundo Monetário Internacional, estabilizaram, no curto prazo, a economia e as finanças egípcias; porém, no longo prazo prejudicaram a capacidade estatal de arcar com os custos políticos dos efeitos sobre o emprego, os salários, e o controle inflacionário, além de forçarem a venda de boa parte do patrimônio público estatal a um setor privado oligopolista e sonegador de impostos (NAGARAJAN, 2013, p. 34). O efeito de longo prazo desse arranjo foi o crescimento do déficit público e o endividamento externo progressivo, inviabilizando a sustentação do governo Mubarak (SHEHATA, 2011).

As suposições de Huntington acerca do padrão de estabilidade das ditaduras versus a renda per capita da população, conforme pesquisa empírica de Przeworski e Limongi (1997), estavam corretas: trabalham no sentido do desmantelamento de um regime autoritário tanto o paradoxo do sucesso quanto a escassez generalizada de recursos⁴⁷. No caso do Egito, pode-se elencar o aspecto econômico como um dos motivadores primordiais para o acelerado desmantelamento do governo Mubarak. A faísca criada pelos protestos na Tunísia, nesse aspecto, serve como elemento para explicar o aumento e a generalização de protestos populares que, no que diz respeito a demandas de melhores condições econômicas de vida, já vinham ocorrendo em outros anos.

d. A Influência da Primavera Árabe

As sementes do movimento que começou em dezembro de 2010 na Tunísia e espalhou-se por praticamente todos os países do Oriente Médio e Norte da África antecedem o passado imediato da sucessão de fenômenos que, embora tenham causado certa perplexidade pela sua dimensão e simultaneidade, é consequência de condições prefiguradas na região já há algum tempo. Dito isso, é relevante analisar os movimentos da “Primavera” enquanto reação em cadeia. Esse efeito *snowballing*, conforme afirma Huntington (2008), é potencializado em casos em que há proximidade geográfica e similaridade cultural entre os países, não só porque os acontecimentos de um país próximo tendem a repercutir mais fortemente sobre as sociedades vizinhas, mas também porque contribui para a criação de uma empatia instantânea entre os cidadãos de um país e de outro. Nesse sentido, podemos destacar o grande número de jovens que compunham a população dos países afetados, as más-condições econômicas, e os fluxos de comunicação.

⁴⁷

Segundo MASOUD (2011), mais de 2/3 da população egípcia viviam abaixo da linha de pobreza.

Huntington alertou para a incidência dos bolsões de jovens nos países árabes e suas potenciais consequências, ressaltando o papel dos jovens de “protagonistas dos protestos, da instabilidade, da reforma e da revolução” (HUNTINGTON, 1997, p. 145). Os países árabes são a região do mundo que mais avançou em termos de acesso à educação nos últimos anos – contudo, as promessas oficiais de que aos estudos se seguiriam oportunidades no setor público não levaram em consideração o crescimento e estrutura demográfica dos países. A falta de perspectivas profissionais afetou igualmente egressos de universidades e do ensino básico (GOLDSTONE 2011, p. 12). Os altos níveis de desemprego fizeram com que parte da numerosa parcela de jovens que compõem a pirâmide etária desses países, assim como o já citado Mohammed Bouazizi, procurasse sustento no mercado informal.

Evidências da corrupção institucionalizada pelos regimes autocráticos, salários baixos, desemprego, e extrema disparidade de rendas, além do corte nos subsídios anteriormente disponibilizados fizeram com que demandas localizadas de mudança se tornassem generalizadas em todos os setores das sociedades árabes. O Professor Alexandre Roche resume da seguinte forma os catalisadores das revoluções:

O espírito de contestação, que aparece hoje em relação à mentalidade oficial das classes dirigentes árabes, surge das condições miseráveis de vida material, do desemprego dos jovens, de decepções econômicas e políticas, da busca de um pensamento livre fora da estagnação oficial e, enfim, de um sentimento profundo de frustração e de revolta diante da política do Ocidente, aliado às ditaduras.” (ROCHE, 2012, p. 48)

Sistematicamente reprimida pelas forças repressivas dos governos, a oposição egípcia, enfrentando constrangimentos sistêmicos a sua institucionalização, desde antes de 2011, manifestou-se descoordenadamente através dos cidadãos, que organizavam greves e criticavam o governo através da imprensa e, principalmente, da Internet⁴⁸. Os *spill-overs* desses movimentos fronteiras afora se constituem em mais uma demonstração do caráter transnacional dos fenômenos políticos do mundo contemporâneo, e a Internet incorpora essa faceta do movimento no Mundo Árabe. A própria linha do tempo das manifestações é demonstrativa da influência multidirecional dos fluxos de comunicação e informação: as revoltas começam em dezembro de 2010 na Tunísia; em janeiro de 2011, chegam ao Egito, à

48

O uso das redes sociais – principalmente *Twitter*, *Facebook* e *YouTube* – e da telefonia móvel na organização e incitação aos protestos foi um elemento marcante, ainda que sua essencialidade seja alvo de certa controvérsia entre autores. Dito isso, o próprio compartilhamento de “boas práticas” de manifestação entre os países, amplamente divulgado pela mídia internacional naquela época, pode ser considerado um atestado da influência mútua dos movimentos ocorridos em 2010-11.

Síria, Omã, Iêmen e Marrocos⁴⁹. Em agosto desse ano, o governo líbio estava praticamente destituído. A influência do contexto regional nas manifestações é um fator marcante em todos os movimentos ocorridos em 2011:

*Much has been made of the NATO intervention in Libya, but virtually all the uprisings saw substantial regional cross-border interference [...]. Even in the strongest states in the region – Tunisia and Egypt – cross-border influence was evident in the early days of the uprisings, when the echo chamber of demonstration effects emboldened activists and protesters, and in subsequent political transitions, when supranational Islamist movements lent one another moral legitimacy and material support.*⁵⁰ (ANDERSON 2013, p. 13)

e. Conclusões do Capítulo

Por fim, podemos elencar os seguintes pontos para sintetizar o conteúdo deste capítulo:

- a sociedade civil egípcia, no interior do contexto autoritário em que se encontrou durante as três décadas do governo Mubarak, é constituída de diversos grupos sociais e de uma classe média diversificada⁵¹, que subsistia à margem dos processos políticos existentes. Nota-se principalmente a atuação dos grupos islâmicos em oposição e suplementação ao governo (quando ausente), e o reforço de seu poder de atratividade conforme o desgaste do regime vai se manifestando;
- as estruturas responsáveis pela manutenção do *status quo*, o NDP e as eleições para o Legislativo, paradoxalmente surgem como os dois principais focos de tensão interna do regime: o primeiro, em função do surgimento de uma “nova guarda” na esteira da influência de Gamal Mubarak, que evidenciou as

⁴⁹ Em janeiro e fevereiro ocorreram protestos também no Bahrein e na Arábia Saudita, mas ao contrário do que se verificou em outros locais, prevaleceram as forças de segurança nesses países.

⁵⁰ “Muito se deu atenção à intervenção da OTAN na Líbia, mas praticamente todos os levantes sofreram interferências transfronteiriças [...]. Mesmo nos dois Estados mais fortes da região – Tunísia e Egito – a influência transfronteiriça estava evidente nos primeiros dias de manifestação, quando a câmara de ecos dos efeitos das demonstrações fortaleceu os ativistas e manifestantes, e em transições políticas subsequentes, quando movimentos islamistas supranacionais deram uns aos outros legitimidade e apoio moral” [tradução nossa]

⁵¹ Sobre a pluralidade da sociedade egípcia e seus efeitos sobre o futuro da democracia, ver Osman, 2012.

divergências entre a elite extra-familiar e a família Mubarak, conduzindo eventualmente a um processo de ruptura; e o segundo como um foco de erosão da legitimidade do regime, visto o baixo comparecimento às votações pela população.

- a condução de política econômica do governo Mubarak e, em parte, de seu antecessor, Sadat, deu origem a uma classe econômica empoderada por suas conexões no setor privado; porém, do outro lado do espectro, paralelamente se avolumou uma classe de jovens e de despossuídos, a qual estava suscetível a atração por grupos de oposição ao governo, bem como a ter forte empatia com movimentos de contestação na região, visto sua quase completa falta de perspectivas no país;
- o expurgo do Presidente Mubarak do governo e a posterior exposição dos escândalos de corrupção durante seu mandato, além de sua prisão e julgamento, podem ser explicadas por um cálculo racional das elites do NDP de sacrificar o líder em nome da preservação da integridade, na medida do possível, da estrutura política existente;
- nota-se, portanto, uma série de correlações marcantes entre as rupturas na cúpula da elite dirigente, o esgotamento dos meios de pagamento do regime gerado por um estrangulamento econômico, e a largada do processo de transição, que responde com rapidez ao “efeito demonstração” no país vizinho, catalisador último do processo de dismantelamento do governo Mubarak.

CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste último capítulo, faremos uma breve síntese das contribuições da teoria de transição democrática, seguido de um balanço do cumprimento dos objetivos de pesquisa delineados. A relevância da teoria de transição democrática na análise de estudos de caso é atestada pela sua capacidade de proporcionar uma gama de instrumentos que auxiliam o entendimento de fenômenos sócio-políticos complexos, viabilizando o estabelecimento de correlações importantes dentro da cadeia de eventos. Nesse sentido, à luz das conclusões parciais que compõem o final dos capítulos precedentes, é possível caracterizar o caso egípcio como um exemplo com traços bastante emblemáticos de transição política.

Dito isso, é fundamental destacar a importância da cultura política dos países árabes enquanto conjunto, e do Egito em particular, e de se considerar com flexibilidade os tipos ideais definidos pela literatura, principalmente no que se refere aos conceitos de liberalismo político e econômico. Os árabes dominam o Egito por oito séculos; os turcos, por três; os britânicos exerceram influência direta por quase dois séculos. Há, contudo, traços de continuidade da identidade egípcia que se mostram perenes. Nas palavras de um egípcio entrevistado por Hopwood (1991):

*[...] [Egyptians] look with suspicion on all forms of extremism, fanaticism and intoxication. **They have worked their way through history by tenacity and not by passion or violence.** This is what gives the stamp of permanence and indeed timelessness to our life and institutions... We have known the weariness of longevity and the drabness of immortality, but at least we have shunned the follies of more youthful nations which burn themselves to ashes with the fire of fickle fantasies and follow the paths of glory though they lead to the grave. (HOPWOOD, 1991, p. 5, grifo nosso)⁵²*

É relevante mencionar também, ainda que fuja ao foco principal deste trabalho, o papel das potências internacionais na sustentação e desmantelamento dos regimes autoritários no Oriente Médio e Norte da África. O ponto de inflexão, de uma abordagem de apaziguamento para outra de incentivo as reformas, são os ataques terroristas de 2011 aos Estados Unidos –

52

“[Os egípcios] encaram com suspeição todas as formas de extremismo, fanatismo e inebriação. **Eles trilham o seu caminho pela História através da tenacidade, não por paixão ou por violência.** É isso que certifica a permanência e, de fato, a atemporalidade de nossa vida e nossas instituições... Nós conhecemos o cansaço da longevidade e o desgaste da imortalidade, mas ao menos nós afastamos das tolices de nações mais jovens, que se queimam até as cinzas com o fogo das fantasias fúteis e seguem os caminhos da glorificação, ainda que eles os conduzam ao túmulo” [tradução nossa]

os *policymakers* constataram que era menos danoso a segurança nacional lidar com grupos islâmicos que se submetem ao jogo político em suas terras natais, do que mantê-los a margem do sistema, onde se proliferam os radicalismos. Visentini (2012) enfatiza a estratégia de *regime change* concretizada através de investimentos pesados dos Estados Unidos e Europa na realização de cursos sobre democracia e direitos humanos nos países árabes. O Reino Unido, a Dinamarca, a França e a Suécia têm protagonizado muitas dessas ações. Certa resistência dos grupos que emergem a partir da saída de Mubarak em relação a intervenção estrangeira, deverá ser um elemento marcante na política egípcia durante os próximos anos.

Quanto a outras propostas paralelas de investigação, ainda no terreno da Ciência Política, o estudo da história das instituições egípcias é um importante elemento na compreensão da trajetória política tomada pelo país, e para o caso da questão da democracia no Egito, se coloca como um fértil campo para pesquisa. A criação dessas instituições remonta ao processo de emancipação política do domínio europeu. A herança da conquista europeia torna particularmente relevante a identificação de nuances de liberalismo clássico, que subjazem à criação dessas instituições, mesclando-se com os caracteres locais, notadamente o islamismo. Rutherford (2008) dá uma importante contribuição a pesquisa relativa a concorrência de três projetos de concepção estatal para o Egito: o Estatismo, de base Nasserista; o Islamismo, de base teocrática; e, além desses, o liberal, herdeiro do legado europeu criado pela experiência colonial. Definir os rumos do país na esteira da concepção por trás das suas instituições pode ser uma forma de avaliar o legado dos processos revolucionários na região do Oriente Médio e Norte da África.

É importante reiterar que as limitações desse trabalho permitem tão-somente o estabelecimento de paralelos entre o mundo teórico e o mundo empírico – não se pretendendo ou constituindo em um teste ou validação das teorias em questão. Uma comprovação mais rigorosa do tema aqui abordado, capaz de proporcionar inferências causais passíveis de sustentação, teria que passar por uma análise mais criteriosa e mais profunda. Cabe sugerir, nessa linha, o teste das teorias de transição política no caso egípcio através do rastreamento do processo, empreendimento que implicaria um esforço de pesquisa intenso em identificar os marcos principais da cadeia de acontecimentos que desembocam na derrubada do governo. Acerca dos efeitos do estrangulamento econômico sobre as bases de sustentação do regime, a discussão seria beneficiada por uma análise contrafactual, determinando a probabilidade de ocorrência de manifestações difundidas na sociedade caso houvesse melhores condições de renda *per capita*, por exemplo.

Finalmente, cabe reiterar afirmação de que a existência de uma sociedade civil plural e diversificada, e de uma juventude consciente e interessada nas mudanças que ocorrem no mundo inteiro, preparam o terreno para transformações inéditas na sociedade egípcia. Encerramos este trabalho com uma referencia a Huntington, que afirma:

Where it was tried, liberalization stimulated the desire for democratization in some groups and the desire for repression in others. The experience of the third wave strongly suggests that liberalized authoritarianism is not a stable equilibrium; the halfway house does not stand. (HUNTINGTON, 1997, p. 137).⁵³

É inegável que a transição pelo alto, que é como se consolidou o processo a partir da saída da Irmandade Muçulmana, com o recente retorno do centro decisório formal às Forças Armadas, significa um revés em uma progressão lenta e conservadora rumo a um governo civil e democrático. Contudo, a experiência vivida pela sociedade em 2011 deixa marca indelével na sociedade egípcia, inviabilizando um retorno total ao *status quo ante*, com ou sem Mubarak.

53

“Onde foi tentada, a liberalização estimulou o desejo pela democratização em alguns grupos e o desejo pela repressão em outros. A experiência da terceira onda sugere fortemente que o autoritarismo liberalizado não é um equilíbrio estável; a casa pela metade não para em pé” [tradução nossa]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJAMI, Fouad. The arab spring at one: a year of living dangerously. **Foreign Affairs**, v. 91, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/137053/fouad-ajami/the-arab-spring-at-one>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

ANDERSON, Lisa. Demistifying the Arab Spring: Parsing the Differences Between Tunisia, Egypt and Libya. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 3, p.2-7, May/June 2011.

ANDERSON, Lisa. What we got right and wrong – Political Science and the Arab Spring. **The Chronicle Review**, p. 11-13, January 25, 2013. Disponível em: <<http://chronicle.texterity.com/chronicle/20130125b?pg=13#pg11>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BEININ, Joel. Political Islam and the New Global Economy: The Political Economy of an Egyptian Social Movement. **The New Centennial Review**, v. 5, n. 1, Spring 2005, p. 111-139. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/journals/new_centennial_review/v005/5.1beinin.html>. Acesso em: 15 abr. 2013.

BROWN, Nathan. Egypt's Failed Transition. **Journal of Democracy**, v. 24, n. 4, Oct. 2013, p. 45-58. Disponível em: <<http://journalofdemocracy.org/sites/default/files/Brown-24-4.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

BROWNLIE, Jason. The Decline of Pluralism in Mubarak's Egypt. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 4, Oct. 2002, p. 6-14. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/journals/journal_of_democracy/v013/13.4brownlee.html>. Acesso em: 25 maio 2013.

BROWNLIE, Jason. Hereditary Successions in Modern Autocracies. **World Politics**, v. 59, n. 4, July 2007, p. 595-628. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/journals/world_politics/v059/59.4brownlee.html>. Acesso em: 23 maio 2014.

BROWNLIE, Jason. The Heir Apparency of Gamal Mubarak. **Arab Studies Journal**, Volume 15/16, p. 36-56, Fall 2007/Spring 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27934024>>. Acesso em: 18 maio 2014.

BROWNLIE, Jason; MASOUD, Tarek; REYNOLDS, Andrew. Why the modest harvest? **Journal of Democracy**, v. 24, n. 4, Oct. 2013, p. 29-44. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/journal_of_democracy/v024/24.4.brownlee.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.

DAHL, Robert. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DIAMOND, Larry. Thinking about Hybrid Regimes. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 2, Apr. 2002, p. 21-35. Disponível em: <<http://www.asu.edu/courses/pos350/diamond--Thinking%20about%20Hybrid%20Regimes.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2013.

DIAMOND, Larry. The democratic rollback: the resurgence of the predatory state. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://go.galegroup.com.ez45.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA175443761&v=2.1&u=capes58&it=r&p=AONE&sw=w>>. Acesso em: 12 maio 2013.

DIAMOND, Larry. Why Are There No Arab Democracies? **Journal of Democracy**, v. 21, n. 1, p. 93-112, Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.journalofdemocracy.org/articles/gratis/Diamond-21-1.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2013.

DUNNE, Michele; RADWAN, Tarek. Egypt: Why Liberalism Still Matters. **Journal of Democracy**, v. 24, n. 1, Jan 2013, p. 85-100. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/journal_of_democracy/v024/24.1.dunne.html>. Acesso em: 17 abr. 2013.

FAHMY, Nabil. Egypt's Unwavering Path to Democratic Reform. **Mediterranean Quarterly**, vol. 17, n. 3, p. 2-11, Jul./Sept. de 2006. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/journals/mediterranean_quarterly/v017/17.3fahmy.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2013: Democratic Breakthroughs in the Balance**. Maio 2013. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/sites/default/files/FIW%202013%20Booklet_0.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

GOLDSTONE, Jack. Understanding the Revolutions of 2011. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 3, p. 8-16, May/June 2011.

HAMID, Shadi. The Rise of the Islamists. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 3, p. 40-47, May/June 2011.

HOPWOOD, Derek. **Egypt: Politics and Society 1945-1990**. London: Routledge, 1991.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century**. Norman, OK: University of Oklahoma Press, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. Will More Countries Become Democratic? **Political Science Quarterly**, v. 99, n. 2, p. 193-218, Summer 1984. Disponível em: <<http://www.chsbs.cmich.edu/fattah/courses/pols535/huntington.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

HUNTINGTON, Samuel P. Democracy's Third Wave. **Journal of Democracy**, vol. 2, n. 2, p. 12-34, Spring 1991. Disponível em: <

<http://www.ou.edu/uschina/gries/articles/IntPol/Huntington.91.Demo.3rd.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

IBRAHIM, Saad. Reform and Frustration in Egypt. **Journal of Democracy**, v. 7, n. 4, 1996, p. 125-35. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/journals/journal_of_democracy/v007/7.4ibrahim.html>. Acesso em: 24 nov. 2013.

ILO. International Labor Organization. Statistical Update on Arab States and Territories and North African Countries. May 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/presentation/wcms_156325.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

KHANNA, Parag. EGITO In: KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo - Impérios e Influência na Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KING, Stephen J. Sustaining Authoritarianism in the Middle East and North Africa. **Political Science Quarterly**, v. 122, n. 3, Fall, 2007, p. 433-459. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20202887>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **The American Political Science Review**, v. 53, n. 1, mar. 1959, p. 69-105. Disponível em: <<http://homepages.wmich.edu/~plambert/comp/lipset.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

MAINWARING, Scott. Transitions to Democracy and Democratic Consolidation: Theoretical and Comparative Issues. In: MAINWARING, Scott; O'DONNELL, Guillermo; VALENZUELA, Arturo. **Issues on Democratic Consolidation**. South Bend, IN: University of Notre Dame Press, 1992.

MARTINI, Jeffrey. TAYLOR, Julie E. Commanding Democracy in Egypt: The Military's Attempt to Manage the Future. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 5, p. 127-137, Sept./Oct 2011.

MASOUD, Tarek. The road to (and from) Liberation Square. **Journal of Democracy**, v. 22, n. 3, jul. 2011, p. 20-34. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/jod/summary/v022/22.3.masoud.html>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

MILLER, Laurel E., MARTINI, Jeffrey F., LARRABEE, Stephen, RABASA, Angel, PEZARD, Stephanie, TAYLOR, Julie E., MENGISTU, Tewodaj. **Democratization in the Arab World: Prospects and Lessons From Around the World**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2012. Disponível em: <www.rand.org/pubs/monographs/MG1192>. Acesso em: 16 jun. 2013.

NAGARAJAN. Egypt's Political Economy and the Downfall of the Mubarak Regime. **International Journal of Humanities and Social Sciences**, v. 3, n. 10, May 2013. Special Issue. Disponível em: <http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_3_No_10_Special_Issue_May_2013/3.pdf> Acesso em: 20 maio 2014.

NÉFISSA, Sarah Bem. Os Efeitos da Crise no Egito. **Le Monde Diplomatique**, 1º de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=870>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, 1988.

OSMAN, Tarek. Young Egyptians: their society and future. **Social Research**, v. 79, n. 2, p. 299-322, Summer 2012. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/social_research/v079/79.2.osman.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

OTTAWAY, Marina. The More Things Change... Political Reform in the Arab World. **World Policy Journal**, v. 26, n. 2, Summer 2009, p. 43-51. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40468632>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI NETO, Fernando P. Modernization: Theories and Facts. **World Politics**, v. 49, n. 2, 1997, p. 155-183. Disponível em <http://muse.jhu.edu/journals/world_politics/v049/49.2przeworski.html>. Acesso em: 10 maio 2013.

ROSS, Michael L. Will Oil Drown the Arab Spring? **Foreign Affairs**, v. 90, n. 5, p. 2-7, Sept/Oct 2011.

ROSS, Michael L. Does Oil Hinder Democracy? **World Politics**, n. 53, p. 325-361, Apr 2001. Disponível em: <<http://www.maxwell.syr.edu/uploadedFiles/exed/sites/ldf/Academic/Ross%20%20Does%20Oil%20Hinder%20Democracy.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

RUTHERFORD, Bruce K. **Egypt after Mubarak: Liberalism, Islam, and Democracy in the Arab World**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

RUSTOW, Dankwart A. Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model. **Comparative Politics**, v. 2, Issue 3, April 1970, p. 337-363. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/421307>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. London: Routledge, 2003.

SHARE, Donald. Transitions to democracy and transition through transaction. **Comparative Political Studies**, v. 19, n. 4, jan. 1987, p. 525-548. Sage Publications, Inc.

SHEHATA, Dina. The Fall of the Pharaoh: How Hosni Mubarak's Regime Came to an End. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 5 Sept/Oct. 2011, p. 26-32.

SILVERSTEIN, Adam J. **Islamic History: A Very Short Introduction**. New York, NY: Oxford, 2010.

SOBELMAN, Daniel. Gamal Mubarak: President of Egypt? **Middle East Quarterly**, Spring 2001, p. 31-40. Disponível em: <<http://www.meforum.org/27/gamal-mubarak-president-of-egypt>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

TRAGER, Eric. The Unbreakable Muslim Brotherhood. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 5, Sept./Oct. 2011, p.114-126.

VISENTINI, A **Primavera Árabe: Entre a Democracia e a Geopolítica do Petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012

ZAKARIA, Fareed. Islam, Democracy and Constitutional Liberalism. **Political Science Quarterly**, v. 119, n. 1, Spring/2004, p. 1-20. Disponível em: <www.jstor.org/stable/20202302>. Acesso em: 02 nov. 2013.

ANEXO A – LINHA DO TEMPO

Quadro 1 - Principais eventos ocorridos durante a Revolução Egípcia

2011	
25 de janeiro	Protestos organizados através de redes sociais e pelo “boca-a-boca” ocorrem no Cairo e outras grandes cidades, clamando por reformas. O evento é apelidado de <i>yawm al-ghadab</i> , ou “Dia da Ira”.
27 de janeiro	Mohamed El-Baradei (ex-chefe da Agência Internacional de Energia Atômica) retorna ao Egito e pede que Mubarak renuncie.
28 de janeiro	A Irmandade Muçulmana, que não participou inicialmente das manifestações, se junta e dá peso ao movimento, que é crescente. O serviço de internet cai, e conflitos entre a polícia e os manifestantes causam fatalidades.
29 de janeiro	O Presidente Hosni Mubarak anuncia a renúncia do governo, indica Omar Suleiman como Vice-presidente, e nomeia o General Ahmed Shafiq como Primeiro-Ministro do novo gabinete.
30 de janeiro	Hosni Mubarak afasta o chefe do partido governista e o Ministro do Interior. Forças policiais são retiradas da Praça Tahrir. O Exército anuncia que não usará a força contra os manifestantes, e que reconhece a legitimidade de suas demandas.
1 de fevereiro	O Presidente Mubarak se compromete a não concorrer a mais um mandato e promete reformas constitucionais. O Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, pede em uma transmissão internacional ao vivo, que ocorra uma “transição ordeira”. Frank Wisner, um diplomata norte-americano enviado ao Cairo, reúne-se com o Presidente Mubarak pela primeira vez.
2 de fevereiro	Contra-protestos eclodem na Praça Tahrir, com seguranças à paisana e capangas montados em camelos atacando aos manifestantes. A Irmandade Muçulmana posteriormente é creditada pela manutenção da ordem nos protestos.

3 de fevereiro	O Vice-Presidente em exercício Omar Suleiman descarta publicamente a hipótese da sucessão de Gamal Mubarak.
6 de fevereiro	Omar Suleiman se reúne com vários grupos de oposição, inclusive a Irmandade Muçulmana, em uma tentativa de negociar a saída da crise. Suas propostas de reforma são rejeitadas.
7 de fevereiro	Wael Ghoneim, um executivo do Google e coordenador da página do <i>Facebook</i> “ <i>All of Us are Khalid Said</i> ” (Somos Todos Khalid Said) é solto da prisão sob custódia. Emocionado, concede uma entrevista que dá impulso aos protestos.
9 de fevereiro	Greves nacionais paralisam o país.
10 de fevereiro	Em um discurso no qual esperava-se que anunciasse seu afastamento, Mubarak declara que continuará no poder até que seu mandato termine. O Presidente anuncia maiores detalhes da proposta de reforma constitucional, inclusive seis artigos que seriam emendados à Carta.
11 de fevereiro	Omar Suleiman anuncia que Mubarak está abdicando e que o Supremo Conselho das Forças Armadas (SCAF) irá assumir o governo.
19 de março	O povo referenda as mudanças constitucionais sugeridas pelo governo militar, que são aprovadas com ampla margem. Entre as medidas, está um calendário para a realização de eleições para o Legislativo e para o Executivo.
28 de novembro	Início da rodada de eleições parlamentares, com ampla vitória dos grupos islamistas.

Fonte: MILLER et al, 2012, p. 94.